



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

PC nº 010.02.2026

Santo André, 10 de fevereiro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor  
CARLOS ROBERTO FERREIRA  
Presidente da  
Câmara Municipal de Santo André

**Assunto: Projeto de Lei Ordinária.**

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso **Projeto de Lei nº 01**, de 10 de fevereiro de 2026, que altera a Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal, a reorganização administrativa e Código de Conduta e Disciplina da Guarda Civil Municipal de Santo André, e dá outras providências.

A Guarda Civil Municipal desempenha papel fundamental na promoção da segurança pública, na proteção do patrimônio público e na preservação da ordem, atuando de forma integrada e preventiva em benefício da população, cuja atuação qualificada e contínua contribui diretamente para a segurança, o bem-estar social e o fortalecimento das políticas públicas municipais.

A presente propositura visa adequar o atual Estatuto da Guarda Civil Municipal, de que trata a Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, para reestruturar a carreira, aprimorar mecanismos já existentes, de forma a garantir maior eficácia no desempenho das atribuições do Guarda Civil Municipal.

Visa, ainda, o presente projeto de lei ajustar a legislação às mudanças trazidas pela Lei nº 10.850, de 23 de junho de 2025, que reestruturou o quadro de funções gratificadas da Prefeitura de Santo André.

Por derradeiro, destacamos que a Guarda Civil Municipal de Santo André constitui instituição essencial à Administração Municipal exercendo com zelo e profissionalismo funções indispensáveis à segurança e à proteção da coletividade.





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

Neste contexto, considerando o interesse público contido no presente projeto de lei, aguarda este Executivo venha essa Colenda Câmara acolher e aprovar a presente propositura, convertendo-a em diploma legal, solicitando, para tanto, caráter de urgência nos termos dispostos no art. 45, § 1º da Lei Orgânica do Município.

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

GILVAN  
FERREIRA DE  
SOUZA  
JUNIOR:4117054  
4819

Assinado de forma  
digital por GILVAN  
FERREIRA DE SOUZA  
JUNIOR:41170544819  
Dados: 2026.02.10  
13:33:53 -03'00'

GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR  
Prefeito do Município de Santo André





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

## **PROJETO DE LEI Nº 01, DE 10.02.2026**

**ALTERA** a Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal, a reorganização administrativa e Código de Conduta e Disciplina da Guarda Civil Municipal de Santo André, e dá outras providências.

**GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR**, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o que consta dos autos do processo administrativo nº 24.757/2017,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** O art. 12, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 12.** A Seção de Logística e Radiocomunicação é responsável pela administração de todo o fluxo de mensagens e manutenção do sistema de radiocomunicação, material controlado, identificação, porte de arma de fogo, suporte de recursos materiais e patrimônio da Guarda Civil Municipal, cuja gestão fica sob responsabilidade de servidor da carreira do quadro técnico da Guarda Civil Municipal, a ser indicado pelo titular da Secretaria de Segurança Cidadã ao Chefe do Poder Executivo, que ocupará a função gratificada de Gerente Geral II.”

**Art. 2º** Fica acrescido o art. 13A, ao Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

“**Art. 13A.** A Gerência de Fiscalização e Proteção ao Patrimônio Público, do Departamento da Guarda Municipal, será gerida por servidor da carreira do quadro técnico da Guarda Civil Municipal, a ser indicado pelo titular da Secretaria de Segurança Cidadã ao Chefe do Poder Executivo, para o exercício de função gratificada de Gerente Geral II.”

**Art. 3º** O art. 14, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 14.** A Seção de Formação e Instrução é responsável pelas atividades pertinentes à formação, instrução, treinamento, capacitação, curso, aperfeiçoamento, requalificação, extensão profissional e progressão de carreira dos Guardas Civis Municipais, cuja gestão fica sob responsabilidade de servidor da carreira do quadro técnico da Guarda Civil Municipal, a ser indicado pelo titular da Secretaria de Segurança



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 36003900340035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP  
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

Cidadã ao Chefe do Poder Executivo, que ocupará a função gratificada de Gerente Geral II.”

**Art. 4º** Fica acrescido o art. 14A, ao Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

“**Art. 14A.** A função gratificada a que se referem os arts. 12, 13-A e 14, do Anexo I, desta lei, não poderá ser exercida por servidor de carreira do Quadro Técnico da GCM que esteja em período de estágio probatório.

**Parágrafo único.** A função gratificada de que trata o *caput* deste artigo deverá assessorar o Gabinete do Comando.”

**Art. 5º** O art. 17, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 17.** O quadro técnico da GCM é constituído por 10 (dez) classes de carreira, dirigido pelo “Comandante” com a assessoria de seu “Subcomandante”, organizado hierarquicamente da seguinte forma:

- I - Guarda Civil Municipal - “Comandante”;
- II - Guarda Civil Municipal - “Subcomandante”;
- III - Guarda Civil Municipal - “Inspetor Chefe”;
- IV - Guarda Civil Municipal - “Inspetor”;
- V - Guarda Civil Municipal - “Subinspetor”;
- VI - Guarda Civil Municipal - “Distinta”;
- VII - Guarda Civil Municipal - “Especial”;
- VIII - Guarda Civil Municipal – “1ª Classe”;
- IX - Guarda Civil Municipal – “2ª Classe”;
- X - Guarda Civil Municipal – “3ª Classe”.

§ 1º São superiores, para fins de hierarquia, o Chefe do Poder Executivo e o titular da Secretaria de Segurança Cidadã.

§ 2º A distribuição nas classes da carreira de Guarda Civil Municipal dar-se-á, de forma fracionada, conforme contingente do efetivo geral, na seguinte conformidade:

- I - 01 (um) Guarda Civil Municipal - “Comandante”;
- II - 01 (um) Guarda Civil Municipal - “Subcomandante”;
- III - 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do quadro técnico da GCM será composto por servidores enquadrados na denominação interna “Inspetor Chefe”;
- IV - 06% (seis por cento) do quadro técnico da GCM será composto por servidores enquadrados na denominação interna “Inspetor”;
- V - 14% (quatorze por cento) do quadro técnico da GCM será composto por servidores enquadrados na denominação interna “Subinspetor”;





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

VI - 27,5% (vinte e sete vírgula cinco por cento) do quadro técnico da GCM será composto por servidores enquadrados na denominação interna “Distinta”;

VII - 50% (cinquenta por cento) do quadro técnico da GCM será composto por servidores enquadrados nas denominações internas “Especial”, “1ª Classe”, “2ª Classe” e “3ª Classe”.

**Art. 6º** Os incisos VIII, IX e X do art. 22, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passam a vigorar com nova redação ficando, ainda, o art. 22 acrescido de um parágrafo único, na seguinte conformidade:

**“Art. 22.** .....

VIII - São atribuições dos ocupantes do cargo ou função de Guarda Civil Municipal – “1ª Classe”:

IX - São atribuições dos ocupantes do cargo ou função de Guarda Civil Municipal - “2ª Classe”:

X - São atribuições dos ocupantes do cargo ou função de Guarda Civil Municipal - “3ª Classe”:

**Parágrafo único.** Compete ao Subinspetor, Distinta, Especial, Guarda Civil Municipal - “1ª Classe”, Guarda Civil Municipal - “2ª Classe” e Guarda Civil Municipal - “3ª Classe”, além das atribuições previstas nos incisos V, VI, VII, VIII, IX e X, deste artigo, realizar patrulhamento preventivo e ostensivo operacional, a pé, motorizado, com bicicletas, motocicletas e demais modalidades previstas em regulamento.”

**Art. 7º** O inciso II, do art. 23, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 23.**.....

II - possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade completos e, no máximo, 35 (trinta e cinco) anos completos quando da data da inscrição no concurso público;”

**Art. 8º** O art. 25, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

**“Art. 25.** O candidato será convocado, após a aprovação nas fases dispostas nos incisos I a V do art. 24, do Anexo I, desta lei, para a posse no cargo.

§ 1º O servidor, após a posse no cargo e entrada em efetivo exercício, participará como Guarda Civil Municipal do Curso de Formação da Guarda Civil Municipal, contando esse período, para todos os efeitos, como de estágio probatório.

§ 2º O Curso de Formação da Guarda Civil Municipal deverá respeitar a matriz curricular nacional para formação de Guardas Civis Municipais, ou diretriz equivalente, conforme regulamentação.

§ 3º A não aprovação no Curso de Formação da Guarda Civil Municipal implicará na reprovação no estágio probatório, observado o devido processo legal.”

**Art. 9º** O art. 27, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 27.** São espécies de promoção interna a progressão vertical para as Classes I a VI conferida em razão de tempo e mérito e para as Classes VII e VIII mediante seleção interna.”

**Art. 10.** O art. 30, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 30.** O Comandante da Guarda Civil Municipal publicará, a cada 12 (doze) meses, em boletim interno, a quantidade de vagas de carreira disponível em cada classe, conforme a fração do efetivo geral, devendo comunicar ao titular da Secretaria de Segurança Cidadã para o imediato preenchimento, no que se refere à progressão vertical, para a Classe V de “Distinta”, Classe VI de “Subinspetor”, Classe VII de “Inspetor” e Classe VIII de “Inspetor Chefe”.

**Parágrafo único.** A progressão vertical para a Classe VII de “Inspetor” e Classe VIII de “Inspetor Chefe” será realizada nos moldes dos arts. 41 e 42, do Anexo I, desta lei.”

**Art. 11.** O art. 31, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 31.** O servidor ativo da carreira da Guarda Civil Municipal iniciará o processo de progressão vertical na data imediatamente posterior ao término do estágio probatório, obedecendo-se as seguintes regras:





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

I - após término do período de estágio probatório, quando então estará apto à Classe II, “Guarda Civil Municipal - 2ª Classe”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei;

II - a partir de janeiro de 2029, após ingressar na Classe II, como “Guarda Civil Municipal - 2ª Classe”, o Guarda Civil Municipal nela permanecerá por mais 02 (dois) anos de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, quando então estará apto à Classe III, “Guarda Civil Municipal - 1ª Classe”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei;

III - a partir de janeiro de 2029, após ingressar na Classe III, como “Guarda Civil Municipal - 1ª Classe”, o Guarda Civil Municipal nela permanecerá por mais 05 (cinco) anos de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, quando então estará apto à Classe IV, “Guarda Civil Municipal - Especial”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei;

IV - a partir de janeiro de 2029, após ingressar na Classe IV, “Guarda Civil Municipal Especial”, o Guarda Civil Municipal nela permanecerá por mais 03 (três) anos de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, quando então estará apto a concorrer à Classe V, “Guarda Civil Municipal - Distinta”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei;

V - a partir de janeiro de 2029, após ingressar na Classe V, “Guarda Civil Municipal Distinta”, o Guarda Civil Municipal nela permanecerá por mais 03 (três) anos de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, quando então estará apto a concorrer à Classe VI, denominação interna “Guarda Civil Municipal - Subinspetor”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei.”

**Art. 12.** Ficam acrescentados os arts. 31A, 31B, 31C, 31D e 31E, ao Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

**“Art. 31A.** No preenchimento das vagas para Guarda Civil Municipal “Inspetor Chefe”, “Inspetor”, “Subinspetor” e “Distinta”, deverá ser observado o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas destinadas às servidoras do sexo feminino, integrantes do quadro técnico da GCM.

§ 1º Caso o número de servidoras não seja suficiente para o preenchimento das vagas previstas utilizar-se-á da lista de candidatos servidores do sexo masculino.

§ 2º A progressão vertical do Guarda Civil Municipal “Subinspetor” e “Distinta” será efetivada no mês de abril de cada ano.







Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

**Art. 31B.** Para concorrer à progressão vertical o Guarda Civil Municipal deverá preencher, até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao da promoção, os requisitos exigidos para a classe imediatamente superior.

**Art. 31C.** São requisitos para concorrer à progressão vertical à Classe V, Guarda Civil Municipal – “Distinta”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei:

I - possuir ensino superior;

II - ter, no mínimo, 200 (duzentas) horas de aperfeiçoamento profissional durante a permanência na classe anterior à pretendida;

III - não ter sofrido pena de suspensão superior a 15 (quinze) dias nos últimos 12 (doze) meses;

IV - não ter mais que 02 (duas) faltas injustificadas nos últimos 12 (doze) meses;

V - estar em dia com a avaliação psicológica para porte de arma de fogo.

§ 1º O acesso à Classe V se dará por antiguidade, considerado o tempo de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, sendo atribuído ao servidor 01 (um) ponto por ano, limitando-se a 30 (trinta) pontos.

§ 2º Serão promovidos os servidores melhor classificados em ordem decrescente até o número de vagas oferecidas.

**Art. 31D.** São requisitos para concorrer à progressão vertical à Classe VI, Guarda Civil Municipal – “Subinspetor”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei:

I - possuir ensino superior;

II - ter, no mínimo, 300 (trezentas) horas de aperfeiçoamento profissional durante a permanência na classe anterior à pretendida;

III - não ter sofrido pena de suspensão superior a 15 (quinze) dias nos últimos 12 (doze) meses;

IV - não ter mais que 02 (duas) faltas injustificadas nos últimos 12 (doze) meses;

V - estar em dia com a avaliação psicológica para porte de arma de fogo.







Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

§ 1º O acesso à Classe VI se dará por antiguidade, considerado o tempo de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, sendo atribuído ao servidor 01 (um) ponto por ano, limitando-se a 30 (trinta) pontos.

§ 2º Serão promovidos os servidores melhor classificados em ordem decrescente até o número de vagas oferecidas.

**Art. 31E.** Caso ocorra empate entre os candidatos à Guarda Civil Municipal – “Distinta” e Guarda Civil Municipal – “Subinspetor”, serão adotados os seguintes critérios para desempate:

- I - possuir pós-graduação;
- II - maior tempo na classe anterior da carreira da GCM;
- III - possuir mestrado;
- IV - casado ou viúvo, com maior número de filhos menores ou legalmente dependentes;
- V - solteiro com maior número de filhos menores ou legalmente dependentes;
- VI - maior número de filhos ou legalmente dependentes;
- VII - casado ou viúvo;
- VIII - maior idade.”

**Art. 13.** O *caput* do art. 32, sua alínea “b” e seu § 1º, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 32.** Os servidores da Guarda Civil Municipal “2ª Classe”, “1ª Classe”, “Especial”, “Distinta” e “Subinspetor” terão suspensa a contagem do prazo para progressão vertical durante:

b) o período de afastamento médico superior a 45 (quarenta e cinco) dias, ocasionados por acidente ou doença não vinculados ao trabalho;

§ 1º A contagem para progressão vertical não será suspensa durante a licença maternidade ou licença para tratamento de doenças graves, definidas pela legislação pertinente.”

**Art. 14.** O *caput* do art. 33, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 33.** Atendidos os critérios do art. 32, do Anexo I, desta lei, o Guarda Civil Municipal ativo poderá requerer a progressão de Classe mediante pedido formal, juntando documentação apta a comprovar o efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã.”





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

**Art. 15.** Fica acrescido o art. 33A, ao Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

“**Art. 33A.** Deverá ser observada a existência de vagas para a progressão vertical para a Classe V, Guarda Civil Municipal – “Distinta”, e Classe VI, Guarda Civil Municipal – “Subinspetor”, constantes da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei.”

**Art. 16.** O art. 34, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 34.** Fica vedada a progressão nas Classes por saltos, com exceção das regras tratadas neste Estatuto.”

**Art. 17.** O art. 37, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 37.** Sempre que houver previsão de concurso público, deve a Administração Pública planejar para que a proporcionalidade de classes seja mantida, conforme o disposto neste Estatuto, observando, se for o caso, o equilíbrio orçamentário para que a seleção interna de progressão vertical ocorra seguida à de acesso à carreira.”

**Art. 18.** O art. 41, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 41.** O acesso à Classe VII, Guarda Civil Municipal – “Inspetor”, dar-se-á mediante seleção interna, estando apto a concorrer o Guarda Civil Municipal – “Subinspetor”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei, devendo possuir ensino superior e ter, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício na classe em que se encontra.”

**Art. 19.** O art. 42, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 42.** O acesso à Classe VIII, Guarda Civil Municipal – “Inspetor Chefe”, dar-se-á mediante seleção interna, estando apto a concorrer o Guarda Civil Municipal – “Inspetor”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei, devendo possuir pós-graduação e ter, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício na classe em que se encontra.”

**Art. 20.** O § 2º, do art. 43, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar, com a seguinte redação:

“**Art. 43.**.....  
.....





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

§ 2º Os guardas civis municipais que porventura estiverem designados para compor a equipe de segurança de autoridades municipais, bem como os que estiverem designados para compor o COI – Centro de Operações Integradas de Santo André, não terão qualquer tipo de prejuízo na seleção interna, ainda que lotados em outra Secretaria.”

**Art. 21.** O § 1º, o § 2º e seus incisos II, III e IV e os incisos I e III do § 4º, do art. 46, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 46.** .....

§ 1º O servidor que nos últimos 03 (três) anos, contados anteriormente à data de publicação do edital, não sofreu punição disciplinar, obterá 20 (vinte) pontos pela disciplina e perderá pontos nos seguintes casos:

I - para cada dia de suspensão sofrida: 1,5 (um e meio) ponto;

II - para cada repreensão sofrida: 01 (um) ponto;

III - para cada advertência sofrida: 0,5 (meio) ponto.

§ 2º O servidor que nos últimos 02 (dois) anos, contados anteriormente à data de publicação do edital, não registrou nenhum atraso, saída antecipada, falta justificada ou injustificada e dia não trabalhado, exceto dias de afastamento por licenças nojo, gala, maternidade, paternidade, acidentária, requisição judicial, doação de sangue, licença prêmio, férias, afastamento para concorrer a cargo eletivo e falta abonada por acordo coletivo, conforme legislação pertinente, obterá 10 (dez) pontos pela assiduidade e pontualidade e perderá pontos nos seguintes casos:

.....  
II - para cada falta injustificada: perderá 01 (um) ponto;

III - para cada falta justificada: perderá 0,3 (três décimos) de pontos;

IV - para cada hora de atraso ou saída antecipada, independentemente da compensação administrativa: perderá 0,1 (um décimo) de ponto.

.....  
§ 4º .....

I - para acesso à Classe VII, Guarda Civil Municipal – “Inspetor”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei, será atribuído ao servidor 01 (um) ponto por ano, limitando-se a 20 (vinte) pontos;





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

III - para acesso à Classe VIII, Guarda Civil Municipal – “Inspetor Chefe”, da Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei, será atribuído ao servidor 01 (um) ponto por ano, limitando-se a 20 (vinte) pontos;”

**Art. 22.** Ficam alteradas as denominações do Capítulo II e do Capítulo III, do Título III – Plano Interno de Carreira, do Anexo I, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar na seguinte conformidade:

“CAPÍTULO II  
DA PROGRESSÃO VERTICAL”

“CAPÍTULO III  
DO PROCEDIMENTO PARA A PROGRESSÃO VERTICAL”

**Art. 23.** Fica acrescido o art. 1ºA, ao Anexo II, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

“**Art. 1ºA.** Para fins de reorganização administrativa da Guarda Civil Municipal ficam redenominados, independente da escolaridade, os seguintes cargos e funções, constantes da Tabela A e B, do Anexo III, desta lei:

I - Guarda Civil Municipal – Nível I passa a denominar-se “Guarda Civil Municipal - 3ª Classe”, Classe I;

II - Guarda Civil Municipal – Nível II passa a denominar-se “Guarda Civil Municipal - 2ª Classe”, Classe II;

III - Guarda Civil Municipal – Nível III passa a denominar-se “Guarda Civil Municipal - 1ª Classe”, Classe III.

**Parágrafo único.** Ficam os cargos e funções de “Guarda Civil Municipal - 3ª Classe”, “Guarda Civil Municipal - 2ª Classe” e “Guarda Civil Municipal - 1ª Classe” reenquadrados nos termos das Tabelas I e K, do Anexo III, desta lei.”

**Art. 24.** O art. 12, do Anexo II, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 12.** Os servidores ocupantes do cargo de “Guarda Civil Municipal - 3ª Classe”, de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, poderão ser ascendidos, para “Guarda Civil Municipal - 2ª Classe”, nos termos da Tabela A ou B, do Anexo III, observado o disposto no art. 16A, do Anexo II, desta lei, desde que estejam aptos na avaliação psicológica para porte de arma de fogo.”





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

**Parágrafo único.** Os casos omissos serão avaliados pelo Gabinete do titular da Secretaria de Segurança Cidadã.”

**Art. 25.** O art. 13, do Anexo II, da Lei nº 10.37, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 13.** Os servidores ocupantes do cargo de “Guarda Civil Municipal - 2ª Classe”, de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, poderão ser ascendidos, para “Guarda Civil Municipal - 1ª Classe”, nos termos da Tabela A ou B, do Anexo III, observado o disposto no art. 16A, do Anexo II, desta lei, desde que estejam aptos na avaliação psicológica para porte de arma de fogo.”

**Parágrafo único.** Os casos omissos serão avaliados pelo Gabinete do titular da Secretaria de Segurança Cidadã.”

**Art. 26.** O art. 14, do Anexo II, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 14.** Os servidores ocupantes do cargo de “Guarda Civil Municipal - 1ª Classe”, de efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, poderão ser ascendidos, para “Guarda Civil Municipal - Especial”, nos termos da Tabela A ou B, do Anexo III, observado o disposto no art. 16A, do Anexo II, desta lei, desde que estejam aptos na avaliação psicológica para porte de arma de fogo.”

**Art. 27.** Ficam acrescidos os arts. 14A, 14B, 14C e 14D ao Anexo II, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

“**Art. 14A.** O servidor ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal – “Especial”, em efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, poderá ser ascendido, para Guarda Civil Municipal – “Distinta”, nos termos da Tabela A ou B, do Anexo III, observado o disposto no art. 16A, do Anexo II, desta lei, devendo possuir ensino superior e estar apto na avaliação psicológica para porte de arma de fogo.

**Parágrafo único.** Caso o ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal não possua os requisitos previstos no *caput* deste artigo, permanecerá na denominação de origem.

**Art. 14B.** O servidor ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal – “Distinta”, em efetivo exercício na estrutura da Secretaria de Segurança Cidadã, poderá ser ascendido para Guarda Civil Municipal – “Subinspetor”, nos termos da Tabela A ou B, do Anexo III, observado o disposto no art. 16A, do Anexo II, desta lei, devendo possuir ensino superior e estar apto na avaliação psicológica para porte de arma de fogo.





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

**Parágrafo único.** Caso o ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal não possua os requisitos previstos no *caput* deste artigo, permanecerá na denominação de origem.

**Art. 14C.** O servidor ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal – “Subinspetor” poderá ser ascendido para Guarda Civil Municipal – “Inspetor”, nos termos da Tabela A ou B, do Anexo III, observado o disposto no art. 16A, do Anexo II, desta lei, devendo possuir ensino superior, estar apto na avaliação psicológica para porte de arma de fogo e não estar à disposição de outro setor ou órgão sem relação com a Secretaria de Segurança Cidadã.

**Parágrafo único.** Caso o ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal não possua os requisitos previstos no *caput* deste artigo, permanecerá na denominação de origem.

**Art. 14D.** O servidor ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal – “Inspetor” poderá ser ascendido para Guarda Civil Municipal – “Inspetor Chefe”, nos termos da Tabela A ou B, do Anexo III, observado o disposto no art. 16A, do Anexo II, desta lei, devendo possuir ensino superior, estar apto na avaliação psicológica para porte de arma de fogo e não estar à disposição de outro setor ou órgão sem relação com a Secretaria de Segurança Cidadã.

**Parágrafo único.** Caso o ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal não possua os requisitos previstos no *caput* deste artigo, permanecerá na denominação de origem.”

**Art. 28.** Ficam acrescidos os arts. 16A e 16B ao Anexo II, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

**“Art. 16A.** Para as ascensões previstas nos arts. 12, 13, 14, 14A, 14B e 14D, do Anexo II, desta lei o Guarda Civil Municipal poderá solicitar a ascensão, mediante requerimento, no período de 01 a 31 de julho do ano de 2026.

**Art. 16B.** No período de 01 a 31 de julho do ano de 2027, o Guarda Civil Municipal poderá, novamente, solicitar a ascensão, de que tratam os arts. 12, 13, 14, 14A, 14B e 14C, do Anexo II, desta lei, mediante requerimento.

§ 1º Excetuam-se das disposições previstas no *caput* deste artigo as ascensões relativas à Tabela A ou B, do Anexo III, desta lei, referentes à Classe VIII, Guarda Civil Municipal – “Inspetor Chefe”.

§ 2º Após o período de ascensão de que trata o *caput* deste artigo, o Guarda Civil Municipal poderá requerer novo pedido de ascensão, nos

Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 36003900340035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP  
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.







Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

termos de que tratam os incisos IV e V do art. 31 e arts. 41 e 42, todos do Anexo I, desta lei.

§ 3º Não poderá participar da progressão da carreira da Guarda Civil Municipal, de que trata o *caput* deste artigo, o Guarda Civil Municipal que:

I - estiver afastado por decisão médica há mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da data de 01 de julho do ano de 2026, data de início do período de requisição;

II - estiver à disposição de outro setor ou órgão sem relação com a Secretaria de Segurança Cidadã;

III - estiver em gozo de licença para tratar de assuntos particulares;

IV - tenha sido considerado inapto em exame psicológico para porte de arma de fogo;

V - estiver licenciado, afastado ou disponibilizado para outros órgãos, sem relação com a Secretaria de Segurança Cidadã, por período superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, e retornado ao Departamento da Guarda Civil Municipal há menos de 06 (seis) meses da data de 01 de julho do ano de 2026, data de início do período de requisição.

§ 4º Constatado a qualquer tempo o não atendimento dos requisitos estabelecidos neste artigo serão considerados nulos de pleno direito a inscrição e todos os atos decorrentes da participação do Guarda Civil Municipal no processo de ascensão.”

**Art. 29.** Os incisos I e II do art. 111, do Anexo IV, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 111.** .....

I - em 03 (três) anos após a extinção da punibilidade, quando a punição tratada for de suspensão;

II - em 01 (um) ano após a extinção da punibilidade, quando a punição tratada for de repreensão.”

**Art. 30.** O art. 134, do Anexo IV, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 134.** Para efeito de reincidência não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da sanção disciplinar e a transgressão posterior, tiver decorrido período de tempo superior a 03 (três) anos.”







Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

**Art. 31.** As Tabelas “A”, “B”, “C”, “D”, “I” e “K”, do Anexo III, da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017, passam a vigorar conforme o Anexo Único, desta lei.

**Art. 32.** Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 10.037, de 19 de dezembro de 2017:

I - inciso VI, do § 1º, do art. 24, do Anexo I;

II - § 2º do art. 32, do Anexo I;

III - art. 39, do Anexo I;

IV - art. 40, do Anexo I;

V - §§ 1º e 3º do art. 45, do Anexo I;

VI - § 3º do art. 46, do Anexo I;

VII - art. 1º do Anexo II;

VIII - art. 6º, do Anexo II;

IX - art. 9º, do Anexo II;

X - art. 15 do Anexo II;

XI - art. 16, do Anexo II.

**Art. 33.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santo André, 10 de fevereiro de 2026.

GILVAN FERREIRA DE  
SOUZA  
JUNIOR:41170544819

Assinado de forma digital por  
GILVAN FERREIRA DE SOUZA  
JUNIOR:41170544819  
Dados: 2026.02.10 13:31:11  
-03'00'

**GILVAN FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

## ANEXO ÚNICO

**TABELA A – CARGOS E SALÁRIOS DA GCM**

CARGO	CLASSE	VENCIMENTO	DENOMINAÇÃO INTERNA	ESCOLARIDADE
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	I	R\$ 3.522,76	3ª CLASSE	ENSINO MÉDIO
	II	R\$ 3.906,75	2ª CLASSE	ENSINO MÉDIO
	III	R\$ 4.220,33	1ª CLASSE	ENSINO MÉDIO
	IV	R\$ 4.394,74	ESPECIAL	ENSINO MÉDIO
	V	R\$ 5.022,57	DISTINTA	ENSINO SUPERIOR
	VI	R\$ 5.441,10	SUBINSPETOR	ENSINO SUPERIOR
	VII	R\$ 6.278,22	INSPETOR	ENSINO SUPERIOR
	VIII	R\$ 8.370,96	INSPETOR CHEFE	PÓS-GRADUAÇÃO

**TABELA B – FUNÇÕES E SALÁRIOS DA GCM**

FUNÇÃO	CLASSE	VENCIMENTO	DENOMINAÇÃO INTERNA	ESCOLARIDADE
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	I	R\$ 3.522,76	3ª CLASSE	ENSINO MÉDIO
	II	R\$ 3.906,75	2ª CLASSE	ENSINO MÉDIO
	III	R\$ 4.220,33	1ª CLASSE	ENSINO MÉDIO
	IV	R\$ 4.394,74	ESPECIAL	ENSINO MÉDIO
	V	R\$ 5.022,57	DISTINTA	ENSINO SUPERIOR
	VI	R\$ 5.441,10	SUBINSPETOR	ENSINO SUPERIOR
	VII	R\$ 6.278,22	INSPETOR	ENSINO SUPERIOR
	VIII	R\$ 8.370,96	INSPETOR CHEFE	PÓS-GRADUAÇÃO

**TABELA C – FUNÇÕES GRATIFICADAS DA GCM**

FUNÇÃO GRATIFICADA	CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO	REQUISITO	ESCOLARIDADE
SUBCOMANDANTE	I	01	R\$ 10.050,95	CLASSE INSPETOR CHEFE	PÓS-GRADUAÇÃO
COMANDANTE	II	02	R\$ 11.317,79	CLASSE INSPETOR CHEFE	PÓS-GRADUAÇÃO





Prefeitura Municipal de Santo André  
Gabinete do Prefeito

**TABELA D – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS E FUNÇÕES DA GCM**

CARGO	CLASSE	DENOMINAÇÃO INTERNA	ESCOLARIDADE	ATRIBUIÇÕES
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	I	GCM 3ª CLASSE	ENSINO MÉDIO	ART. 22, VIII
	II	GCM 2ª CLASSE	ENSINO MÉDIO	ART. 22, IX
	III	GCM 1ª CLASSE	ENSINO MÉDIO	ART. 22, X
	IV	ESPECIAL	ENSINO MÉDIO	ART. 22, VII
	V	DISTINTA	ENSINO SUPERIOR	ART. 22, VI
	VI	SUBINSPETOR	ENSINO SUPERIOR	ART. 22, V
	VII	INSPETOR	ENSINO SUPERIOR	ART. 22, IV
	VIII	INSPETOR CHEFE	ENSINO SUPERIOR	ART. 22, III

**TABELA I – REENQUADRAMENTO DE CARGOS**

CARGO	DENOMINAÇÃO INTERNA ANTERIOR	CLASSE	NOVA DENOMINAÇÃO INTERNA
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	NÍVEL I	I	3ª CLASSE
	NÍVEL II	II	2ª CLASSE
	NÍVEL III	III	1ª CLASSE

**TABELA K – REENQUADRAMENTO DE FUNÇÕES**

FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO INTERNA ANTERIOR	CLASSE	NOVA DENOMINAÇÃO INTERNA
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	NÍVEL I	I	3ª CLASSE
	NÍVEL II	II	2ª CLASSE
	NÍVEL III	III	1ª CLASSE

